

STJ00117512

PABLO STOLZE GAGLIANO
RODOLFO PAMPLONA FILHO

MANUAL DE
DIREITO CIVIL
VOLUME ÚNICO

7ª edição
revista, ampliada e atualizada
2023

saraiva  jur



Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Daniel Pavani Naveira

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Laudemir Marinho dos Santos
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Designios Editoriais

Revisão Caio Cobucci Leite
 Silvana Cobucci Leite

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ed. Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

G135m Gagliano, Pablo Stolze
 Manual de Direito Civil: Volume único / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 7. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.
 1.360 p.
 ISBN: 978-65-5362-524-2 (Impresso)
 1. Direito. 2. Direito civil. 3. Manual. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.
 2022-3945 CDD 347
 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
 2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 17-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15918 CL 606141 CAE 819810

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Nota dos Autores</i>	IX

PARTE HERMENÊUTICA

CAPÍTULO I LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. O objetivo de uma Lei de Introdução	<i>on-line</i>
2. Interpretação de normas	<i>on-line</i>
3. Algumas noções sobre a Integração Normativa	<i>on-line</i>
4. Aplicação temporal de normas	<i>on-line</i>
5. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal)	<i>on-line</i>
6. Aplicação espacial de normas	<i>on-line</i>
7. Conflito de normas no espaço	<i>on-line</i>
8. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB)	<i>on-line</i>

PARTE GERAL

PESSOAS

CAPÍTULO II PESSOA NATURAL

DIREITO DA FAMÍLIA



1. A personalidade jurídica	5
1.1. Conceito	5
1.2. Aquisição da personalidade jurídica	5
1.3. O nascituro	6
2. Capacidade	9
2.1. Incapacidade absoluta	11
2.2. Incapacidade relativa	15
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	15
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos	16
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade ..	17
2.2.4. Os pródigos	18
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos indígenas	18
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência)	19
3. Emancipação	21
4. Direitos da personalidade	25
5. Extinção da pessoa natural	36
5.1. Morte presumida	37
5.1.1. Ausência	37
5.1.2. Justificação de óbito	41
5.2. Morte simultânea (comoriência)	41

CAPÍTULO III PESSOA JURÍDICA

CONTÉÚDO



1. Conceito	43
2. Surgimento da pessoa jurídica	43
3. Classificação das pessoas jurídicas	45
3.1. Pessoas jurídicas de direito público	46
3.2. Pessoas jurídicas de direito privado	47
3.2.1. As associações	49
3.2.2. As sociedades	52
3.2.3. As fundações	55
3.2.4. As organizações religiosas	59
3.2.5. Os partidos políticos	60
3.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada	60
4. Desconsideração da personalidade jurídica	63
5. Extinção da pessoa jurídica	70

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

1. Conceito e distinções necessárias	72
2. Tratamento legal e mudança de domicílio	73
3. Domicílio aparente ou ocasional	74
4. Domicílio da pessoa jurídica	74
5. Espécies de domicílio	75

CAPÍTULO V BENS

1. Conceito	78
2. Classificação	78
2.1. Dos bens considerados em si mesmos	78
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos	78
2.1.2. Bens imóveis e móveis	79
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis	82
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis	82
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis	83
2.1.6. Bens singulares e coletivos	83
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	84
2.3. Dos bens públicos e particulares	85

FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO VI FATO JURÍDICO

1. Conceito e classificação dos fatos jurídicos	87
2. Negócio jurídico	90
2.1. Conceito	90
2.2. Planos de análise	92
2.3. Defeitos do negócio jurídico	94
2.3.1. Erro ou ignorância	94
2.3.2. Dolo	96
2.3.3. Coação	99
2.3.4. Lesão	101

2.3.5. Estado de perigo.....	103
2.3.6. Simulação.....	104
2.3.7. Fraude contra credores	107
2.4. Invalidade do negócio jurídico	112
2.5. Elementos acidentais do negócio jurídico.....	122
2.5.1. Condição	123
2.5.2. Termo.....	129
2.5.3. Encargo.....	131
3. Ato ilícito.....	132

CAPÍTULO VII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Noções conceituais	136
2. A Prescrição e a decadência no Código Civil.....	140
3. Causas impeditivas e suspensivas	142
4. Causas interruptivas	144
5. Direito intertemporal.....	148
6. Prescrição intercorrente.....	150

PARTE ESPECIAL

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO VIII INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito do Direito das Obrigações.....	155
2. Distinção entre direitos pessoais e reais	155
3. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais	156
4. Considerações terminológicas.....	156
5. Estrutura da relação jurídica obrigacional	158
5.1. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional	159
5.2. Elemento objetivo: a prestação.....	160
5.2.1. Características fundamentais da prestação.....	163
5.2.1.1. Licidade	164
5.2.1.2. Possibilidade	164
5.2.1.3. Determinabilidade.....	165
5.3. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor	166
6. Fontes das obrigações.....	166

CAPÍTULO IX CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	169
2. Classificação básica	169
2.1. Obrigações de dar.....	170
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa	170
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....	172
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias)	174
2.2. Obrigações de fazer	177
2.3. Obrigações de não fazer	182
3. Classificação especial das obrigações.....	185
3.1. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos)	186
3.1.1. Obrigações fracionárias.....	186
3.1.2. Obrigações conjuntas.....	187
3.1.3. Obrigações disjuntivas.....	188

3.1.4. Obrigações solidárias.....	188
3.1.4.1. A solidariedade.....	188
3.1.4.1.1. Solidariedade ativa	190
3.1.4.1.2. Solidariedade passiva.....	193
3.1.4.2. Subsidiariedade	197
3.2. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação)	199
3.2.1. Obrigações alternativas	199
3.2.2. Obrigações facultativas.....	202
3.2.3. Obrigações cumulativas.....	202
3.2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	202
3.2.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	205
3.3. Classificação especial quanto ao elemento accidental.....	206
3.3.1. Obrigações condicionais.....	206
3.3.2. Obrigações a termo.....	207
3.3.3. Obrigações modais.....	207
3.4. Classificação especial quanto ao conteúdo.....	208
3.4.1. Obrigações de meio	208
3.4.2. Obrigações de resultado	208
3.4.3. Obrigações de garantia	209
4. Obrigação natural.....	209

CAPÍTULO X TEORIA DO PAGAMENTO

CONTÉÚDO



1. Conceito e natureza jurídica do pagamento.....	213
2. Condições subjetivas do pagamento.....	215
2.1. De quem deve pagar.....	215
2.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	217
3. Condições objetivas do pagamento	221
3.1. Do objeto do pagamento e sua prova.....	221
3.2. Do lugar do pagamento.....	224
3.3. Do tempo do pagamento.....	225
4. Teoria do adimplemento substancial (<i>substantial performance</i>)	226

CAPÍTULO XI FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO

1. Introdução.....	232
2. Consignação em pagamento	232
3. Pagamento com sub-rogação.....	245
4. Imputação do pagamento.....	249
5. Dação em pagamento	251
6. Novação.....	254
7. Compensação	260
8. Confusão	264
9. Remissão.....	265

CAPÍTULO XII TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	270
2. Cessão de crédito.....	271
3. Cessão de débito (assunção de dívida)	275
4. Cessão de contrato.....	277

CAPÍTULO XIII
TEORIA DO INADIMPLEMENTO

1.	Noções introdutórias.....	279
2.	Inadimplemento fortuito da obrigação.....	280
3.	Inadimplemento culposo da obrigação.....	282
3.1.	Perdas e danos	284
3.2.	O dever de mitigar o próprio prejuízo (<i>duty to mitigate the loss</i>).....	288
3.3.	Juros.....	291
3.4.	Inadimplemento relativo — a mora	295
3.4.1.	Mora do devedor	296
3.4.2.	Mora do credor.....	299
3.4.3.	Purgação e cessação da mora.....	300
4.	Cláusula penal.....	301
5.	Arras	307

CONTRATOS

CAPÍTULO XIV
VISÃO ESTRUTURAL DO CONTRATO

CONTEÚDO DA LÍNEA



1.	Conceito de contrato	311
2.	Natureza jurídica do contrato.....	313
3.	Principiologia do direito contratual	314
3.1.	Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo.....	315
3.2.	Princípio da força obrigatória do contrato.....	318
3.3.	Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato.....	320
3.4.	Princípio da função social do contrato.....	320
3.5.	Princípio da equivalência material.....	327
3.6.	Princípio da boa-fé.....	328
3.6.1.	Delimitação conceitual.....	329
3.6.2.	Funções da boa-fé objetiva	331
3.6.2.1.	Função interpretativa e de colmatação	332
3.6.2.2.	Função criadora de deveres jurídicos anexos.....	332
3.6.2.2.1.	Deveres de lealdade e confiança recíprocas	333
3.6.2.2.2.	Dever de assistência	333
3.6.2.2.3.	Dever de informação	333
3.6.2.2.4.	Dever de sigilo ou confidencialidade.....	334
3.6.2.3.	Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos	334
3.6.3.	Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	337
3.6.3.1.	<i>Venire contra factum proprium</i>	338
3.6.3.2.	<i>Supressio</i>	338
3.6.3.3.	<i>Surrectio</i>	339
3.6.3.4.	<i>Tu quoque</i>	339
3.6.3.5.	<i>Exceptio doli</i>	339
3.6.3.6.	Inalegabilidade das nulidades formais.....	340
3.6.3.7.	Desequilíbrio no exercício jurídico	340
3.6.3.8.	Cláusula de Stoppel.....	340

CAPÍTULO XV
FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	Noções básicas.....	342
2.	Fase de pontuação (negociações preliminares).....	343
3.	Proposta de contratar.....	344

3.1. Prazo de validade da proposta	345
3.2. A oferta ao público	346
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente	347
4. A aceitação	347
5. Formação dos contratos entre ausentes	348
6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor	350
7. Lugar da formação do contrato	351

CAPÍTULO XVI DAS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

1. Introdução	352
2. Estipulação em favor de terceiro	352
3. Promessa de fato de terceiro	354
3.1. Natureza jurídica	354
3.2. Exclusão de responsabilidade	354
4. Contrato com pessoa a declarar	355

CAPÍTULO XVII CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito e institutos similares	357
2. Natureza jurídica	358
3. Classificação	358
4. Tutela específica	359

CAPÍTULO XVIII VÍCIOS REDIBITÓRIOS

CONTÉNUO VÍDEO AULA



1. Conceito e características	360
2. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios	360
3. Prazo para a propositura das ações edilícias	361
4. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor	364

CAPÍTULO XIX EVICÇÃO

1. Noções conceituais	366
2. Fundamentos jurídicos	366
3. Requisitos	367
3.1. Aquisição de um bem	367
3.1.1. Contratos onerosos	368
3.1.2. Aquisição em hasta pública	368
3.2. Perda da posse ou da propriedade	370
3.3. Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo	370
4. Direitos do evicto	371
5. Espécies de evicção: total e parcial	371
6. Evicção e autonomia da vontade — a cláusula de não evicção	372

CAPÍTULO XX EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Introdução	374
2. Extinção natural do contrato	374
2.1. Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto	375
2.2. Verificação de fatores eficazes	375
2.2.1. Vencimento do termo	375

2.2.2. Implemento de condição resolutiva.....	376
2.2.3. Frustração da condição suspensiva	376
3. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato	376
3.1. Nulidade ou anulabilidade	377
3.2. Redibição	377
3.3. Direito de arrependimento	377
4. Causas supervenientes à formação do contrato.....	378
4.1. Resilição.....	378
4.1.1. Bilateral (distrato).....	378
4.1.2. Unilateral	380
4.2. Resolução.....	383
4.2.1. Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução.....	383
4.2.2. Cláusula resolutória (expressa ou tácita)	384
4.3. Rescisão.....	386
4.4. Morte do contratante.....	387
4.5. Caso fortuito ou força maior.....	388

CAPÍTULO XXI
EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

1. Considerações iniciais.....	389
2. Conceito e natureza jurídica	389
3. Elementos caracterizadores.....	390
4. Restrição à aplicação do instituto	391
5. Garantia de cumprimento.....	391
6. A exceção do contrato não cumprido e a administração pública.....	392

CAPÍTULO XXII
TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1. Introdução.....	393
2. Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão	393
3. Teoria da imprevisão × lesão.....	394
4. Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior)	394
5. A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor.....	395
6. A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002.....	396
6.1. Aplicabilidade do instituto	396
6.2. Revisibilidade do contrato	397
6.3. Aplicação da teoria nos contratos unilaterais	397

CAPÍTULO XXIII
CONTRATOS ATÍPICOS

1. Introdução.....	399
2. Contratos típicos e atípicos	399
2.1. Distinção dos contratos nominados e inominados	401
2.2. Classificação dos contratos atípicos.....	402
2.3. Disciplina jurídica dos contratos atípicos	402
3. Os contratos atípicos no Código Civil brasileiro.....	404
4. União de contratos ou contratos coligados.....	405

CAPÍTULO XXIV
COMPRA E VENDA

1. Conceito e partes.....	408
2. Características.....	409
3. Elementos essenciais	412
3.1. O consentimento.....	412

3.2. A coisa.....	413
3.3. O preço.....	414
4. Despesas com o contrato de compra e venda.....	416
5. Responsabilidade civil pelos riscos da coisa.....	417
6. Questões especiais referentes à compra e venda.....	419
6.1. Venda a descendente.....	419
6.2. Situações especiais referentes à falta de legitimidade para a compra e venda.....	421
6.3. Venda a condômino.....	422
6.4. Venda entre cônjuges e entre companheiros.....	424
7. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	425
8. Cláusulas especiais ou pactos acessórios à compra e venda.....	427
8.1. Retrovenda.....	427
8.2. Venda a contento e sujeita à prova (por experimentação).....	430
8.3. Preempção ou preferência.....	432
8.4. Venda com reserva de domínio.....	435
8.5. Venda sobre documentos.....	437

CAPÍTULO XXV TROCA OU PERMUTA

1. Denominação e conceito.....	439
2. Características.....	439
3. Permuta de valores desiguais.....	440
4. Disciplina jurídica.....	441

CAPÍTULO XXVI CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e partes.....	443
2. Natureza jurídica.....	444
3. Características.....	445

CAPÍTULO XXVII DOAÇÃO

1. Conceito e partes.....	447
2. Características.....	447
3. Aceitação da doação.....	449
4. Doação <i>mortis causa</i>	451
5. Doação inoficiosa.....	452
6. Doação universal.....	455
7. Promessa de doação (<i>pactum de donando</i>).....	456
8. Espécies de doação.....	457
8.1. Doação pura × doação com fatores eficaciais.....	457
8.2. Doação contemplativa × doação remuneratória.....	458
8.3. Doação conjuntiva.....	460
8.4. Doação com cláusula de reversão.....	460
8.5. Doação mista × doações mútuas.....	461
8.6. Doação sob forma de subvenção periódica.....	462
8.7. Doação indireta × doação disfarçada.....	462
9. Extinção do contrato de doação.....	462
9.1. Meio natural de extinção.....	463
9.2. Revogação da doação (inexecução do encargo e ingratidão do donatário).....	463
9.2.1. Hipóteses de ingratidão.....	464
9.2.2. Ação revocatória: características. Condições. Prazos. Efeitos.....	471
9.2.3. Doações não sujeitas à revogação.....	472
10. Doação por procuração.....	473

**CAPÍTULO XXVIII
LOCAÇÃO DE COISAS**

1. Noções gerais.....	474
2. Conceito	474
3. Elementos essenciais	475
3.1. Tempo (duração da locação).....	475
3.2. Coisa (objeto da locação)	477
3.3. Retribuição (preço da locação).....	478
4. Características.....	480
5. Modalidades	480
6. Conteúdo do contrato de locação (direitos e obrigações das partes)	483
6.1. Obrigações do locador × direitos do locatário	483
6.1.1. Entregar ao locatário a coisa alugada	484
6.1.2. Manter a coisa alugada no mesmo estado	485
6.1.3. Garantir o uso pacífico da coisa.....	486
6.2. Obrigações do locatário × direitos do locador	487
6.2.1. Servir-se da coisa alugada para os usos contratados	487
6.2.2. Tratar a coisa alugada como se sua fosse	487
6.2.3. Pagar pontualmente o aluguel.....	487
6.2.4. Levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros	488
6.2.5. Restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu	488
7. A indenização por benfeitorias na coisa locada.....	488
8. Direito de retenção	489
9. Extinção do contrato de locação	489

**CAPÍTULO XXIX
EMPRÉSTIMO**

1. Introdução.....	493
2. Comodato.....	494
2.1. Histórico e conceito	494
2.2. Características	495
2.3. Prazo do contrato.....	496
2.4. Partes e objeto.....	497
2.5. Direitos e obrigações das partes	498
2.6. Despesas feitas pelo comodatário.....	500
2.7. Extinção.....	501
3. Mútuo	501
3.1. Histórico e conceito	501
3.2. Riscos da coisa emprestada	502
3.3. Características	502
3.4. Prazo do contrato.....	504
3.5. Partes e objeto.....	504
3.6. Mútuo feito a menor	505
3.7. Garantia de restituição ao mutuante	508
3.8. Direitos e obrigações das partes	508
3.9. Extinção.....	508

**CAPÍTULO XXX
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

1. Considerações terminológicas iniciais.....	<i>on-line</i>
2. Conceito e contratos afins.....	<i>on-line</i>
3. Características.....	<i>on-line</i>
4. Objeto.....	<i>on-line</i>

5. Forma.....	on-line
6. Retribuição.....	on-line
6.1. Compensação na ausência de habilitação	on-line
7. Tempo de duração.....	on-line
7.1. Direito ao aviso prévio	on-line
7.2. Contagem do tempo	on-line
8. Extinção do contrato.....	on-line
8.1. Direito à certificação	on-line
8.2. Indenizações pela extinção antecipada	on-line
9. Aliciamento de mão de obra	on-line

CAPÍTULO XXXI EMPREITADA

1. Noções conceituais.....	511
2. Objeto.....	511
3. Características.....	512
4. Modalidades	513
4.1. Empreitada de labor	513
4.2. Empreitada de materiais	514
5. O preço	515
6. Direitos e deveres do empreiteiro e do comitente/dono da obra.....	516
6.1. Remuneração	516
6.2. Aceitação	516
6.3. Pagamento de materiais recebidos e inutilizados	517
6.4. Inalterabilidade relativa do projeto.....	517
7. Prazo de garantia	518
8. Suspensão do contrato de empreitada	520
9. Extinção do contrato de empreitada.....	521

CAPÍTULO XXXII DEPÓSITO

1. Conceito	522
2. Características.....	523
3. Partes e objeto.....	525
4. Espécies de depósito.....	526
5. Direitos e obrigações das partes	529
6. Negativa de devolução da coisa depositada.....	531
6.1. Análise dos arts. 633 a 635 do Código Civil	531
6.2. Direito de retenção.....	532
7. Extinção do contrato de depósito	533

CAPÍTULO XXXIII MANDATO

1. Conceito e denominação	534
2. Distinções terminológicas.....	534
3. Partes	536
4. Características.....	538
5. Forma.....	539
6. Substabelecimento.....	540
7. Objeto do mandato.....	542
8. Espécies.....	544
8.1. Mandato extrajudicial.....	545
8.2. Mandato judicial	545
9. Conteúdo do mandato	547

10. Direitos e obrigações das partes	548
10.1. Obrigações do mandatário x direitos do mandante	548
10.2. Obrigações do mandante x direitos do mandatário	550
11. Irrevogabilidade do mandato	552
12. Extinção do mandato	553

CAPÍTULO XXXIV COMISSÃO

1. Conceito e elementos.....	<i>on-line</i>
2. Características.....	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Espécies de comissão.....	<i>on-line</i>
5. Cláusula <i>del credere</i>	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXV AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Unidade ou distinção conceitual?	<i>on-line</i>
2. Características.....	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVI CORRETAGEM

1. Conceito e institutos análogos.....	<i>on-line</i>
2. Tipologia.....	<i>on-line</i>
3. Características.....	<i>on-line</i>
4. Direitos e deveres das partes.....	<i>on-line</i>
5. Remuneração do corretor.....	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato de corretagem	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVII TRANSPORTE

1. Conceito	557
2. Características.....	558
3. Transporte de coisas ou mercadorias	561
4. Transporte de pessoas.....	566
5. Transporte gratuito	570
6. Extinção do contrato de transporte	571

CAPÍTULO XXXVIII SEGURO

1. Conceito	573
2. Princípios reguladores	574
3. Natureza jurídica	575
4. Características.....	576
5. Partes	578
6. Objeto do seguro: o risco	580
7. A boa-fé e o contrato de seguro.....	582
8. Apólice.....	584
9. Direitos e obrigações das partes	586
10. Prêmio.....	587
11. Agente autorizado do segurador: o corretor de seguros	590
12. Espécies de seguro: seguro de dano e seguro de pessoa	591

12.1. Seguro de dano	591
12.1.1. Sinistro parcial	592
12.1.2. Garantia do seguro e vício intrínseco da coisa segurada	593
12.1.3. Seguro de coisas transportadas	594
12.1.4. Transferência do contrato	595
12.1.5. Direito de regresso da companhia seguradora	596
12.1.6. Seguro de responsabilidade civil	597
12.2. Seguro de pessoa	599
12.2.1. Noções introdutórias	599
12.2.2. Seguro de acidentes pessoais	600
12.2.3. Seguro de vida	601
12.2.4. Seguro em grupo	606
13. Extinção do contrato	607

CAPÍTULO XXXIX CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito	<i>on-line</i>
2. Características	<i>on-line</i>
3. Forma	<i>on-line</i>
4. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
5. Nulidade da constituição de renda	<i>on-line</i>
6. Direito de acrescer	<i>on-line</i>
7. Extinção do contrato	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XL JOGO E APOSTA

1. Noções introdutórias	609
2. Conceito	609
3. Natureza jurídica	610
4. Espécies de jogo	611
5. Características	613
6. Contratos diferenciais	614
7. Utilização do sorteio	616
8. O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta	616
9. Extinção do contrato	617

CAPÍTULO XLI FIANÇA

1. Conceito	618
2. Características	618
3. Partes	620
4. Objeto	622
5. Espécies de fiança	623
6. Efeitos da fiança	626
6.1. Benefício de ordem	626
6.2. Direitos e deveres das partes	627
7. Fiança conjunta	630
8. Limitação temporal da fiança	630
9. Fiança e aval	632
10. Fiança e outorga uxória	633
11. Extinção da fiança	634

CAPÍTULO XLII TRANSAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	636
2. Elementos analiticamente considerados	637

3. Características.....	637
4. Espécies.....	639
5. Forma.....	639
6. Objeto.....	640
7. Efeitos.....	641

CAPÍTULO XLIII COMPROMISSO

1. Conceito de compromisso.....	642
2. Características.....	644
3. Natureza jurídica.....	645
4. O compromisso no procedimento da arbitragem.....	645
5. Extinção do contrato de compromisso.....	647

CAPÍTULO XLIV ATOS UNILATERAIS

1. Noções introdutórias.....	<i>on-line</i>
2. Promessa de recompensa.....	<i>on-line</i>
2.1. Pressupostos de validade.....	<i>on-line</i>
2.2. Possibilidade de revogação.....	<i>on-line</i>
2.3. Concorrência de interessados.....	<i>on-line</i>
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa.....	<i>on-line</i>
3. Gestão de negócios.....	<i>on-line</i>
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XLV ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO

1. Enriquecimento sem causa.....	649
2. Pagamento indevido.....	650
2.1. Espécies de pagamento indevido.....	650
2.2. Pagamento indevido e boa-fé.....	651
2.3. Ação de <i>in rem verso</i>	652

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO XLVI INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1. Introdução.....	654
2. Conceito jurídico de responsabilidade.....	654
3. Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....	655
4. Responsabilidade civil × responsabilidade criminal.....	656

CAPÍTULO XLVII NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Conceito de responsabilidade civil.....	658
2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil.....	658
3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.....	660
3.1. Responsabilidade civil subjetiva × responsabilidade civil objetiva.....	660
3.2. Responsabilidade civil contratual × responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana.....	663
4. Natureza jurídica da responsabilidade civil.....	665
5. Função da reparação civil.....	666
6. Importância do estudo da responsabilidade civil.....	667

CAPÍTULO XLVIII ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil.....	669
2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa.....	669
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade.....	670

CAPÍTULO XLIX A CONDUTA HUMANA

1.	A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil.....	672
2.	Classificação da conduta humana.....	673
3.	A conduta humana e a ilicitude.....	674

CAPÍTULO L O DANO

1.	Conceito de dano.....	677
2.	Requisitos do dano indenizável.....	678
3.	Espécies de dano: patrimonial, moral, estético, existencial e social.....	680
4.	Dano reflexo ou em ricochete.....	682
5.	Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos.....	683
6.	Formas de reparação de danos.....	685
7.	O tempo como um bem jurídico tutelável.....	686

CAPÍTULO LI O DANO MORAL

1.	Introdução.....	689
2.	A preocupação do Código Civil de 2002 com a questão da moralidade.....	689
3.	Conceito e denominação.....	690
4.	Dano moral direto e indireto.....	691
5.	Natureza jurídica da reparação do dano moral.....	691
6.	Dano moral e pessoa jurídica.....	693
7.	Dano moral e direitos difusos e coletivos.....	695

CAPÍTULO LII NEXO DE CAUSALIDADE

1.	Introdução.....	697
2.	Teorias explicativas do nexo de causalidade.....	697
	2.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>).....	698
	2.2. Teoria da causalidade adequada.....	699
	2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata.....	700
3.	Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro.....	701
4.	Causas concorrentes.....	702
5.	Concausas.....	703
6.	A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.....	704

CAPÍTULO LIII CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1.	Introdução.....	706
2.	Causas excludentes de responsabilidade civil.....	706
	2.1. Estado de necessidade.....	706
	2.2. Legítima defesa.....	707
	2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.....	708
	2.4. Caso fortuito e força maior.....	710
	2.5. Culpa exclusiva da vítima.....	711
	2.6. Fato de terceiro.....	712
3.	Cláusula de não indenizar.....	713

CAPÍTULO LIV A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1.	Introdução.....	715
2.	Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio.....	715

3. Elementos da culpa.....	718
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia)..	718
5. Espécies de culpa.....	721

CAPÍTULO LV
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução.....	722
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e o risco da atividade.....	722
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002	727

CAPÍTULO LVI
RESPONSABILIDADE CIVIL PORATO DE TERCEIRO

1. Introdução.....	730
2. Tratamento legal da matéria	730
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	732
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados	733
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente, pelos atos dos seus empregados, serviços ou prepostos	735
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos	737
7. Responsabilidade civil pelo produto de crime	738
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	738

CAPÍTULO LVII
RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

CONTÉUDO



1. Introdução.....	740
2. A importância do direito francês.....	741
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil.....	741
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal.....	742
5. Tratamento legal	742
5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal.....	742
5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção.....	743
5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....	745

CAPÍTULO LVIII
PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

1. Esclarecimentos terminológicos	<i>on-line</i>
2. Concurso de credores.....	<i>on-line</i>
3. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro	<i>on-line</i>
4. Ordem preferencial no direito brasileiro.....	<i>on-line</i>

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO LIX
NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS REAIS

1. Direitos reais: denominação e conceito.....	748
2. Natureza da relação jurídica real	748
3. Obrigação real (<i>propter rem</i>).....	750
4. Classificação dos direitos reais.....	750

CAPÍTULO LX
POSSE

1. Conceito e natureza jurídica	752
2. Teorias da posse	754

3. Teoria adotada pelo Código Civil.....	755
4. Detenção.....	755
5. Posse de direitos (<i>possessio juris</i>)	757
6. Classificação da posse	757
6.1. Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta).....	758
6.2. Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta).....	759
6.3. Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé)	760
6.4. Quanto ao tempo (posse nova e posse velha)	761
6.5. Quanto à proteção (posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>)	762
7. Composse	763
8. Momento de aquisição da posse	764
9. Quem pode adquirir a posse	764
10. Modos de perda da posse.....	765
11. Efeitos da posse	765
11.1. Percepção dos frutos e produtos.....	765
11.2. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	767
11.3. Indenização pelas benfeitorias realizadas.....	767
11.4. Proteção possessória.....	769
11.4.1. De direito material	769
11.4.2. De direito processual	770

CAPÍTULO LXI PRÓPRIEDADE

1. Conceito	775
2. Características.....	776
3. Extensão da propriedade	776
4. Função social da propriedade	778
5. Classificação	779
5.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo)	779
5.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal)	779
5.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico)	780
6. Aquisição da propriedade imóvel.....	781
6.1. Usucapião	781
6.1.1. Conceito e pressupostos.....	781
6.1.2. Principais espécies.....	782
6.1.2.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC)	783
6.1.2.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC)	783
6.1.2.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF; art. 1.239 do CC)	784
6.1.2.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou <i>pro misero</i> (art. 183 da CF; art. 1.240 do CC; art. 9º do Estatuto da Cidade).....	785
6.1.2.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade).....	786
6.1.2.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC)	787
6.1.2.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC).....	790
6.1.2.8. Usucapião indígena (Lei n. 6.001, de 1973).....	792
6.1.2.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do CPC)	792
6.2. Registro imobiliário.....	794
6.3. Acessão.....	798
6.3.1. Conceito	798
6.3.2. Distinção entre acessão e benfeitoria	798
6.3.3. Acessão natural: formação de ilhas	799
6.3.4. Acessão natural: aluvião.....	800
6.3.5. Acessão natural: avulsão	801

6.3.6. Acesso natural: álveo abandonado	801
6.3.7. Acesso artificial: construções e plantações	802
7. Aquisição da propriedade mobiliária	803
71. Usucapião	803
72. Ocupação	804
73. Achado de tesouro.....	805
74. Tradição	805
75. Especificação.....	807
76. Confusão, comistão e adjunção	808
8. Perda da propriedade	809

**CAPÍTULO LXII
DIREITOS DE VIZINHANÇA**

1. Conceito	811
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281)	811
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284)	813
4. Passagem forçada (art. 1.285).....	813
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287)	814
6. Das águas (arts. 1.288 a 1.296)	815
7. Limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 E 1.298).....	816
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313)	818

**CAPÍTULO LXIII
CONDOMÍNIO**

CONTÍDUO DA ALIA



1. Noções introdutórias.....	823
2. Condomínio voluntário.....	823
3. Condomínio necessário	826
4. Condomínio edilício	828
5. Condomínio de lotes	837
6. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	838
7. Fundos de investimento.....	842

**CAPÍTULO LXIV
DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA**

1. Introdução	846
2. Superfície.....	846
3. Servidão.....	848
4. Usufruto	851
5. Uso.....	862
6. Habitação	863
7. Direito do promitente comprador.....	864
8. Penhor.....	870
9. Hipoteca	874
10. Anticrese.....	879
11. Concessão de uso especial para fins de moradia	879
12. Concessão de direito real de uso	882
13. Laje	883

DIREITO DE FAMÍLIA

**CAPÍTULO LXV
INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA**

1. Conceito de família ou conceitos de famílias?	889
--	-----

2. Princípios peculiares do direito de família.....	892
2.1. Princípio da afetividade	892
2.2. Princípio da solidariedade familiar	896
2.3. Princípio da proteção ao idoso.....	897
2.4. Princípio da função social da família	898
2.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes.....	899
2.6. Princípio da convivência familiar	901
2.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no direito de família	902

CAPÍTULO LXVI

NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O CASAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica.....	904
2. A promessa de casamento responsabilidade civil por ruptura do noivado	907
3. Formas especiais de casamento	909
3.1. Casamento por procuração	909
3.2. Casamento nuncupativo	912
3.3. Casamento em caso de moléstia grave.....	914
3.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira.....	914
3.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira.....	916

CAPÍTULO LXVII

CAPACIDADE, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL

1. Capacidade para o casamento	918
1.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos.....	918
1.2. Antecipação da idade núbil	919
2. Habilitação para o casamento.....	920
2.1. Requerimento da habilitação	920
2.2. Edital de proclamas	921
2.3. Oposição à habilitação	921
2.4. Certificação da habilitação.....	922
3. Celebração do casamento.....	922

CAPÍTULO LXVIII

PLANO DE EXISTÊNCIA DO CASAMENTO

1. Introdução.....	928
2. Noções gerais do plano de existência do casamento como negócio jurídico.....	929
2.1. Manifestação de vontade (consentimento)	929
2.2. Celebração por autoridade materialmente competente.....	931

CAPÍTULO LXIX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

1. Conceito e tratamento legal	935
2. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais.....	935
2.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	936
2.2. Casamento entre afins em linha reta.....	937
2.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante	937
2.4. Casamento entre colaterais.....	938
2.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante.....	939
2.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	940
2.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.....	940
2.8. Casamento entre adúlteros	941
3. Oposição dos impedimentos.....	942
4. Efeitos jurídicos do casamento nulo	942

CAPÍTULO LXX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CAUSAS DE ANULAÇÃO

1. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002.....	944
1.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar.....	944
1.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento.....	944
1.3. Vícios de vontade.....	945
1.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento.....	945
1.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges.....	946
1.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama.....	946
1.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime.....	948
1.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível.....	949
1.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial.....	950
1.3.3. Da coação.....	951
1.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento.....	952
1.5. Revogação do mandato no casamento por procuração.....	952
1.6. Incompetência da autoridade celebrante.....	953
2. Prazo e legitimação para anulação do casamento.....	953
3. Efeitos jurídicos do casamento anulável.....	954
3.1. Convalescimento do casamento anulável.....	955
3.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento.....	956
3.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento.....	956

CAPÍTULO LXXI

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CASAMENTO PUTATIVO

1. Conceito e tratamento legal.....	958
2. Reconhecimento da putatividade.....	959
3. Efeitos jurídicos do casamento putativo.....	960
3.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges.....	960
3.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges.....	961

CAPÍTULO LXXII

PLANO DE EFICÁCIA DO CASAMENTO: DEVERES MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

1. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais.....	963
2. Os deveres matrimoniais no código civil.....	964
2.1. Fidelidade recíproca.....	964
2.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação).....	966
2.3. Mútua assistência.....	966
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	967
2.5. Dever de respeito e consideração mútuos.....	968
3. Causas suspensivas do casamento.....	968
3.1. Noções gerais.....	968
3.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha.....	969
3.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses.....	970
3.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal.....	970
3.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada.....	970
3.6. Arguição das causas suspensivas.....	971
3.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas.....	971

CAPÍTULO LXXIII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito e princiologia.....	973
2. Pacto antenupcial.....	973

3. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”)	975
4. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	980
5. Regime legal supletivo.....	981
6. Regime legal obrigatório.....	982
7. Mudança de regime de bens do casamento	985
8. Administração dos bens no casamento	990

CAPÍTULO LXXIV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

1. Introdução e supletividade	992
2. Conceito e disciplina legal.....	993
3. Bens excluídos da comunhão	993
4. Bens incluídos na comunhão	994
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens	994

CAPÍTULO LXXV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

1. Conceito	995
2. Bens excluídos da comunhão.....	995
3. Tratamento jurídico da administração dos bens.....	995
4. Extinção da comunhão	996

CAPÍTULO LXXVI

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS

1. Introdução.....	997
2. Conceito	997
3. Administração das despesas do casal na separação convencional.....	998

CAPÍTULO LXXVII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Antecedentes históricos e conceito	1000
2. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens	1001
3. As dívidas no regime de participação final nos aquestos	1003
4. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos	1003

CAPÍTULO LXXVIII

BEM DE FAMÍLIA

1. Conceito e classificação do bem de família.....	1005
2. Disciplina jurídica do bem de família voluntário	1005
3. Disciplina jurídica do bem de família legal.....	1008

CAPÍTULO LXXIX

UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS MODALIDADES DE ENTIDADES FAMILIARES

1. Conceito de união estável	1012
2. Elementos caracterizadores.....	1014
2.1. Reflexão sobre o tema da dualidade de sexos	1014
2.2. Elementos caracterizadores essenciais	1015
2.2.1. Publicidade	1015
2.2.2. Continuidade.....	1015
2.2.3. Estabilidade	1016
2.2.4. Objetivo de constituição de família	1016
2.3. Elementos acidentais	1017
3. Impedimentos para a configuração da união estável	1018
4. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros.....	1020
5. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens	1021
6. Conversão da união estável em casamento	1027

7. Família monoparental.....	1028
8. Família homoafetiva.....	1029
9. Família poliafetiva	1034

CAPÍTULO LXXX DIVÓRCIO

1. Conceito de divórcio e tratamento jurídico atual.....	1036
2. O divórcio extrajudicial.....	1038
3. O divórcio judicial	1042
4. Uso do nome pós-divórcio	1043

CAPÍTULO LXXXI PODER FAMILIAR E GUARDA DE FILHOS

1. Conceito de poder familiar	1046
2. Exercício do poder familiar.....	1046
3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	1048
4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar	1049
5. Guarda de filhos.....	1050
6. Alienação parental.....	1057

CAPÍTULO LXXXII FILIAÇÃO

CONTÉUDO PARA



1. Introdução.....	1062
2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação.....	1062
3. Reconhecimento voluntário.....	1063
4. Reconhecimento judicial.....	1067
4.1. Noções gerais	1067
4.2. Ação de investigação de paternidade.....	1067
4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	1071
4.4. Multiparentalidade	1075
4.5. Coparentalidade.....	1078

CAPÍTULO LXXXIII PARENTESCO

1. Conceito jurídico de parentesco.....	1080
2. Visão classificatória do parentesco.....	1080
2.1. Classificação do parentesco quanto à natureza.....	1080
2.1.1. Parentesco natural.....	1081
2.1.2. Parentesco civil	1081
2.1.3. Parentesco por afinidade.....	1082
2.2. Classificação do parentesco quanto a linhas	1083
2.2.1. Parentesco em linha reta	1084
2.2.2. Parentesco em linha colateral.....	1084
2.3. Classificação do parentesco quanto a graus	1085
3. Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	1085
4. Restrições legais decorrentes do parentesco.....	1086
5. Adoção.....	1086

CAPÍTULO LXXXIV ALIMENTOS

1. Terminologia e conceito	1089
2. Pressupostos e critérios de fixação.....	1090

3. Legitimação e características da obrigação alimentar.....	1092
4. Classificações.....	1096
5. A culpa em sede de alimentos.....	1098
6. A prisão do devedor de alimentos.....	1101
7. Alimentos gravídicos.....	1102
8. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos.....	1103

CAPÍTULO LXXXV
TUTELA, CURATELA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

1. Noções introdutórias.....	<i>on-line</i>
2. Distinção conceitual de tutela e curatela.....	<i>on-line</i>
3. Tutela.....	<i>on-line</i>
3.1. Sujeitos da tutela.....	<i>on-line</i>
3.2. Objeto da tutela.....	<i>on-line</i>
3.3. Cessação da tutela.....	<i>on-line</i>
4. Curatela.....	<i>on-line</i>
4.1. Sujeitos da curatela.....	<i>on-line</i>
4.2. Alguns aspectos processuais da curatela.....	<i>on-line</i>
5. Tomada de decisão apoiada.....	<i>on-line</i>

SUCESSŐES

CAPÍTULO LXXXVI
NOÇŐES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO DAS SUCESSŐES

1. A morte como fato jurídico.....	1107
2. Compreensão do direito sucessório: conceito e fundamenta�o jurídico-ideológica.....	1109
3. Sucessão hereditária: conceito e espécies.....	1110
3.1. Classifica�o da sucessão hereditária pela matriz normativa.....	1110
3.2. Classifica�o da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos.....	1111
4. Princípios específicos do direito sucessório.....	1112
4.1. Princípio da <i>saisine</i>	1112
4.2. Princípio (<i>non</i>) <i>ultra vires hereditatis</i>	1115
4.3. Princípio da fun�o social da herança.....	1117
4.4. Princípio da territorialidade.....	1117
4.5. Princípio da temporariedade.....	1118
4.6. Princípio do respeito � vontade manifestada.....	1118

CAPÍTULO LXXXVII
ADMINISTRA O DA HERANÇA

1. No�es introdutórias.....	1120
2. Administra�o da herança.....	1120
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante).....	1122
4. Sucessão em bens de estrangeiros.....	1123

CAPÍTULO LXXXVIII
ACEITA O E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Introdu�o.....	1125
2. Aceita�o da herança.....	1125
2.1. Distin�o entre aceita�o e dela�o da herança.....	1126
2.2. Classifica�o.....	1126
2.2.1. Aceita�o expressa.....	1126
2.2.2. Aceita�o tácita.....	1126
2.2.3. Aceita�o presumida.....	1127
2.3. Efeitos.....	1127

2.4. Revogação da aceitação.....	1128
2.5. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança.....	1128
3. Renúncia da herança.....	1129

**CAPÍTULO LXXXIX
CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS**

1. Introdução.....	1133
2. Compreendendo a natureza da chamada “renúncia translativa”.....	1134
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários.....	1134
4. Disciplina jurídica.....	1134
5. Necessidade da autorização conjugal.....	1137

**CAPÍTULO XC
VOCAÇÃO HEREDITÁRIA**

1. Introdução.....	1140
2. Legitimados para a sucessão hereditária em geral.....	1140
3. Legitimidade especial na sucessão testamentária.....	1141
3.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual).....	1141
3.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual.....	1145
3.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião.....	1146
3.2. Pessoas jurídicas.....	1147
3.3. Fundações.....	1148
4. Impedimentos legais sucessórios.....	1148

**CAPÍTULO XCI
EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO**

1. Introdução.....	1151
2. Exclusão por indignidade.....	1151
2.1. Causas de exclusão por indignidade.....	1152
2.1.1. Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado.....	1152
2.1.2. Delitos contra a honra.....	1154
2.1.3. Violência ou fraude.....	1155
2.2. Efeitos da exclusão por indignidade.....	1156
3. Teoria do herdeiro aparente.....	1157
4. Perdão do indigno.....	1157
5. Deserdação.....	1158
5.1. Conceito.....	1158
5.2. Hipóteses legais de deserdação.....	1158
5.3. Procedimento.....	1160
5.4. Efeitos de deserdação e direito de representação.....	1161

**CAPÍTULO XCII
HERANÇA JACENTE**

1. Conceito.....	1163
2. Natureza.....	1163
3. Arrecadação.....	1164
4. Herança vacante.....	1164

**CAPÍTULO XCIII
DA PETIÇÃO DE HERANÇA**

1. Conceito.....	<i>on-line</i>
2. Natureza jurídica e objetivos.....	<i>on-line</i>
3. Prazo para exercício.....	<i>on-line</i>

4. Legitimidade..... on-line
5. A petição de herança e a boa-fé on-line

CAPÍTULO XCIV SUCESSÃO LEGÍTIMA

CONTÉM VÍDEO LEGAL



1. Noções conceituais 1168
2. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima..... 1168
- 2.1. Considerações gerais e regras fundamentais..... 1168
- 2.2. Sucessão pelo descendente..... 1170
- 2.2.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial..... 1171
- 2.2.2. Compreensão da expressão “bens particulares” para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente..... 1173
- 2.2.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens 1175
- 2.3. Sucessão pelo ascendente..... 1179
- 2.4. Sucessão pelo cônjuge..... 1180
- 2.4.1. O usufruto viual 1181
- 2.4.2. Direito real de habitação..... 1183
- 2.4.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge 1185
- 2.5. Sucessão pela(o) companheira(o)..... 1188
- 2.6. Sucessão pelo colateral 1194
- 2.7. Sucessão pelo ente público..... 1196

CAPÍTULO XCV DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito 1197
2. Características..... 1197
3. Fundamento e finalidade..... 1199
4. Efeitos 1199

CAPÍTULO XCVI SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. Noções gerais sobre o testamento 1201
- 1.1. Sobre o poder de testar..... 1201
- 1.2. Conceito e natureza jurídica 1202
- 1.3. Características essenciais 1204
- 1.4. Modalidades classificatórias do testamento 1206
2. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento..... 1206
- 2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé 1207
- 2.2. Capacidade de testar..... 1207
- 2.3. Objeto do testamento 1208
- 2.4. Forma prescrita em lei 1208
- 2.5. Prazo das ações de invalidade de testamento..... 1209
3. O testamenteiro..... 1210
4. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária 1215

CAPÍTULO XCVII FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Introdução..... 1217
2. Formas proibidas de testamento 1217
3. Testamento público 1218

4. Testamento cerrado	1220
5. Testamento particular	1223

CAPÍTULO XCVIII
FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Testamento marítimo e aeronáutico.....	1226
2. Testamento militar	1228

CAPÍTULO XCIX
CODICILO

1. Conceito e denominação	1231
2. Finalidade e objeto do instituto.....	1231
3. Forma.....	1232
4. Relação do codicilo com o testamento	1234
5. Revogação.....	1234

CAPÍTULO C
DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Conceito de disposição testamentária.....	1236
2. Modalidades	1236
3. Interpretação	1237
4. Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados.	1238
5. Validade das cláusulas testamentárias	1239
6. Prazo para impugnação	1242
7. Limitações de eficácia	1243
8. Cláusulas de restrição de propriedade	1243

CAPÍTULO CI
LEGADOS

1. Noções conceituais	1246
2. Sujeitos	1246
3. Objeto.....	1247
4. Tipologia.....	1249
5. Efeitos.....	1251
6. Pagamento.....	1252
7. Caducidade	1254

CAPÍTULO CII
DIREITO DE ACRESCEER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Introdução.....	1257
2. Direito de acrescer	1257
3. Redução das disposições testamentárias	1259

CAPÍTULO CIII
SUBSTITUIÇÕES

1. Introdução.....	1262
2. Substituição vulgar ou ordinária.....	1263
3. Substituição recíproca.....	1264
4. Substituição fideicomissária (fideicomisso).....	1265
5. Substituição compendiosa.....	1268

CAPÍTULO CIV
EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDADE, CADUCIDADE, REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1. Invalidade do testamento	1269
1.1. Prazo das ações de invalidade de testamento.....	1270

1.2. Conversão do testamento nulo ou anulável.....	1271
2. Inexecução do testamento.....	1273
2.1. Caducidade.....	1273
2.2. Revogação.....	1274
2.3. Rompimento.....	1275

CAPÍTULO CV INVENTÁRIO

1. Delimitação conceitual e classificação.....	1277
2. Inventário e espólio.....	1277
3. Administração provisória da herança.....	1278
4. O inventariante.....	1279
5. Início e prazo do inventário.....	1279
6. Liquidação da herança.....	1280
6.1. Sonogados.....	1281
6.2. Colações.....	1281
6.3. Pagamento das dívidas.....	1286
6.4. Avaliação e cálculo do imposto.....	1288
7. Inventário negativo.....	1289
8. Inventário administrativo.....	1290
9. Inventário judicial.....	1292
10. Alvará judicial.....	1293

CAPÍTULO CVI PARTILHA

1. Noções conceituais.....	1294
2. Espécies de partilha.....	1294
3. Legitimidade para requerimento da partilha.....	1295
4. Partilha em vida.....	1295
5. Isonomia na partilha.....	1296
6. Alienação judicial.....	1296
7. Homologação da partilha.....	1296
8. Da garantia dos quinhões hereditários.....	1298
9. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória.....	1298
10. Sobrepilha.....	1299

CAPÍTULO CVII DIREITO CIVIL E A PANDEMIA DA COVID-19

1. Introdução.....	<i>on-line</i>
2. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
3. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
4. Teoria da imprevisão e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
5. Usucapão e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
6. Condomínio edilício e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
7. Prisão civil e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
8. Inventário e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
<i>Referências</i>	1303